

# Educação em/para saúde no contexto português: relatos e reflexões de um estágio científico

Ronaldo Adriano Ribeiro da Silva

**Resumo:** O presente estudo é um relato de experiência que apresenta e discute as políticas públicas e práticas de Educação em/para a Saúde desenvolvidas nas escolas básicas de Portugal. Estas reflexões emergiram de um Estágio Científico na Universidade do Minho – Braga – PT. O texto analisa os objetivos, as concepções, os temas e os indicativos metodológicos de um documento português que passou a vigorar como nova política educacional em 2017. Além disso, apresentamos e discutimos nossas observações acerca da estrutura, condições, práticas e realidade das Escolas Promotoras de Saúde europeias. Consideramos que, apesar de existirem desafios e obstáculos a serem superados, são inúmeros os avanços encontrados nas políticas e práticas de Educação para a Saúde nas escolas em Portugal. Dentre estes avanços, podemos considerar a visão holística da saúde, a estrutura multidisciplinar fornecida às escolas e a temática abrangente e complexa abordada no contexto escolar.

**Palavras chave:** educação em saúde, educação para saúde, relato de experiência, Portugal

## Introdução

A saúde é um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946, p.1) e depende da cooperação entre indivíduos e Estado para ser alcançada. A Carta de Ottawa, resultante da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde ocorrida em Ottawa em 1986 acrescenta que a “saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Neste sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas” (OMS, 1986). Ficaram estabelecidos neste documento os pré-requisitos básicos para a saúde: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

Esta concepção de saúde orienta inúmeras políticas públicas nas áreas da saúde e educação, resultando em atividades de Educação em Saúde (ES) na escola. Neste estudo somos orientados pelo conceito de Mohr (2002), que considera a ES um conjunto de atividades realizadas na escola, pertencentes ao currículo escolar, desenvolvidas de forma planejada e com uma intenção pedagógica, qual seja a de construir conhecimentos sobre assuntos, temas ou conteúdos, relacionados à saúde individual e coletiva.

No entanto, Martins et al. (2015) identificaram distintas interpretações e abordagens de saúde que adentram o contexto educacional, abordagens estas que impactam as atividades de ES realizadas na escola. Os autores afirmam que a abordagem biomédica é predominante e apresenta uma perspectiva funcionalista, na qual saúde e doença são resultados da normalidade, ou não, do funcionamento dos órgãos de cada indivíduo. Neste modelo, admite-se o binômio saúde-doença, formulando-se saúde como a ausência de doenças e apresenta taxas e valores corpóreos dentro de limites estabelecidos como normais (MARTINS et al., 2015). Para Canguilhem (2011) quando se determina o que é saudável e o que é doentio a partir de taxas e valores determinados estatisticamente, busca-se um ideal de perfeição do organismo humano, perfeição que vai muito além de um funcionamento equilibrado e que desconsidera as distinções individuais, entre raças, culturas, ambientes e sociedades. Este autor ressalta que é fundamental compreender a instabilidade e a irregularidade como características essenciais aos processos vitais e que podem fazer parte da saúde. Estes aspectos precisam ser alvo de discussões e reflexões, especialmente durante a elaboração de políticas públicas que impactam a realidade escolar.

Em se tratando de tais discussões, estudos recentes (VENTURI; MOHR, 2011; SILVA; TEIXEIRA, 2015; MARINHO; SILVA, 2017; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017; VENTURI; MOHR, 2019) demonstram que a ES vem se consolidando no Brasil como um campo de estudos, pesquisas e práticas no Ensino de Ciências. Este campo de estudos está se expandindo internacionalmente através de parcerias entre Brasil e Portugal. São resultados de pesquisas conjuntas: estudos que discutem abordagens de ES na escola e nos livros didáticos (MARTINS et al., 2015) e analisam concepções de saúde em currículos de cursos de formação de professores, especialmente cursos de Ciências Biológicas (EMMEL et al., 2015).

Estas parcerias também ocorrem por meio de intercâmbios entre pesquisadores, em Estágios Científicos (a nível de doutorado sanduíche ou pós-doutorado). Desta forma, o presente estudo visa relatar brevemente e discutir nossa vivência em um Estágio Científico realizado em 2017, no Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC) da Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Desta forma, são objetivos deste relato: (a) apresentar e discutir os objetivos e as concepções das políticas públicas de Educação em Saúde nas escolas portuguesas; (b) relatar nossas observações acerca da realidade da ES nas Escolas Promotoras de Saúde. Caracterizamos este texto como um relato de experiência, tendo em vista sua característica descritiva e, além disso, as análises e discussões são oriundas da vivência dos autores em uma experiência de intercâmbio acadêmico.

## A Educação em/para Saúde nas políticas públicas em Portugal

A Educação em Saúde, designada em Portugal como Educação para a Saúde (EpS), era regida em 2017 por documentos importantes como o Decreto Regulamentar 14/2012 da Divisão Geral de Saúde e a Norma 015/2015 que institui o Programa Nacional de Saúde Escolar 2015. No ano de 2017 ocorreram reuniões para discussão do documento Referencial de Educação para a Saúde 2017, que foi aprovado, atualizando e propondo novas ações e metodologias às propostas anteriores. Tratam-se de documentos oficiais complementares, os quais foram lidos e aqui apresentamos e analisamos o Referencial de Educação para a Saúde de 2017, aprovado na época de nosso estágio em Portugal.

O referido documento, traz como **objetivo** geral,

Garantir que todos os indivíduos adquiram os conhecimentos e as capacidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, através, entre outros, da

educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, dos direitos humanos, da igualdade de género, da promoção de uma cultura de paz e de não violência, da cidadania global e da valorização da diversidade cultural e do contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável (PORTUGAL, 2017, p.06).

Podemos observar que a saúde deixa de estar relacionada apenas à aspectos vinculados a ausência de doenças, ou funcionalidades do corpo humano e passa a estar relacionada à sustentabilidade ambiental e social, que envolve a valorização e respeito à diversidade cultural, sexual e aos direitos humanos. Consideramos que tais objetivos trazem enormes avanços para a EpS, que podem contribuir com a formação para a cidadania, com o desenvolvimento do senso crítico, bem como com a promoção da justiça social. No entanto, existem algumas indagações que nos surgem ao analisar tais objetivos: quem serão os profissionais envolvidos nesta atividade e como será a sua formação para alcançar tais objetivos? E como estes objetivos podem ser colocados em prática? Quais as articulações com o conteúdo/ currículo escolar?

São questões ainda sem respostas, que carecem de investigação, no entanto, temos a ciência de que estes avanços na legislação precisam estar vigilantes e articulados com os processos de ensino-aprendizagem para que não ocorram perdas de sentido nas metodologias que venham a orientar a prática da EpS na escola.

A **concepção de EpS** está pautada pela literacia em saúde, definida como o desenvolvimento de “habilidades cognitivas e sociais que determinam a motivação e a capacidade dos indivíduos para obter acesso, compreender e utilizar a informação de forma a promover e manter uma boa saúde” (PORTUGAL, 2017, p.06).

Ao analisarmos, tanto os objetivos quanto a concepção de EpS estabelecidos pelo Referencial de 2017, observamos que o documento se compromete com uma concepção holística da EpS. Esta visão holística da saúde e da EpS parece avançar em uma proposta que pode contribuir com a formação pessoal e social dos alunos por meio de uma articulação entre os objetivos propostos internacionalmente pela OMS, projeto educativo da escola e a formação para a cidadania.

Esta compreensão aproxima-se da literacia em saúde defendida por Carvalho e Jourdan (2014) que visa a capacitação das pessoas para que possam controlar sua saúde, assim como gerir todo um conjunto de determinantes de saúde ao nível pessoal, social e ambiental. Trata-se de superar

modelos e paradigmas da EpS tradicionais, requisitando uma abordagem de saúde que leve em conta, para além dos aspectos biomédicos, questões interdisciplinares, socioeconômicas, antropológicas, culturais, ambientais e epistemológicas como prevê Canguilhem (2011). Para tanto, encontramos suporte na abordagem socioecológica da saúde, caracterizada por Martins et al. (2015). Na abordagem socioecológica privilegia-se

uma maior democratização do acesso à saúde e a compreensão da saúde como direito, a conjugação da compreensão e da ação sobre os aspectos socioambientais associados à saúde, a participação mais crítica do cidadão em relação à promoção de sua saúde, a dimensão coletiva da saúde e da doença (MARTINS et al. 2015, p. 06).

No Referencial de EpS de 2017 observamos avanços nas temáticas propostas. Observamos que debates atuais e objetivos vinculados ao desenvolvimento sustentável, respeito à diversidade, democracia e justiça social estão presentes nos cinco grandes temas para discussão no contexto escolar: Saúde Mental e Prevenção da Violência, Educação Alimentar, Atividade Física, Comportamentos Aditivos e Dependências, Afetos e Educação para a Sexualidade. Julgamos importante para o campo de estudos da Educação em Saúde no Brasil, apresentarmos quais os debates que cada um destes temas sugere para o contexto escolar português. A seguir apresentaremos a proposta do Portugal (2017) para cada um destes temas:

O tema **Saúde Mental e Prevenção da Violência** propõem o desenvolvimento de uma consciência individual e social e de uma comunicação positiva, eficaz e assertiva. Dentre os temas para debate neste tópico destacam-se: autoconhecimento e emoções, relações sociais positivas, identificação de riscos e comportamentos de risco, fatores protetores, identificação de violência dirigida aos outros e a si próprio, cultura de respeito e tolerância. Além disso, o documento favorece a abordagem das fases do processo de tomada de decisão; a necessidade de definir objetivos e gerir emoções e valores associados; discussões acerca do luto e adaptações emocionais relacionadas à perda; desenvolver os valores de cidadania, de solidariedade e de respeito pelas diferenças; adotar comportamentos resilientes.

A temática da **Educação Alimentar** propõe discussões acerca das questões sociais, culturais e econômicas que influenciam os consumos alimentares; que favoreçam o debate acerca dos benefícios da dieta mediterrânica que faz parte da cultura portuguesa; que reconheçam a alimentação

como um dos principais determinantes da saúde; que permitam analisar criticamente os comportamentos de risco na alimentação; que reconheçam a origem dos alimentos – ciclo do alimento do produtor ao consumidor, incluindo a produção agrícola, transformação industrial e a distribuição; que incentivem o reconhecimento do papel do cidadão e das suas escolhas alimentares na sustentabilidade ambiental; e que favoreçam o debate sobre o direito à alimentação como um direito humano consagrado pelas nações unidas.

No que se refere a **Atividade Física**, o documento propõe que sejam proporcionadas reflexões sobre a importância de se evitar comportamentos sedentários, e que favoreçam a prática da atividade física e esportiva, reconhecendo-as como parte do desenvolvimento integral do cidadão.

Acerca dos **Comportamentos Aditivos e Dependências** ficam explícitos no documento as recomendações em prol da redução do consumo do tabaco e álcool, considerados problemas crônicos da sociedade portuguesa. Assim, são propostos debates sobre tabaco e suas consequências, tais como doenças pulmonares, câncer e morte prematura. Também são propostos debates sobre os efeitos do álcool na saúde, imediatos e a longo prazo. Associadas a estas temáticas surgem as recomendações sobre os debates acerca dos comportamentos de risco, a utilização de outras substâncias psicoativas e os tipos de adições e dependências sem substância (conduta repetitiva que produz prazer e alívio tensional – jogo, internet, celular).

Por fim, o documento traz para o debate da temática **Afetos e Educação para a Sexualidade**, a necessidade de discutir sobre o respeito à sexualidade, à identidade, à expressão de gênero e à orientação sexual. Além disso, propõem que sejam desenvolvidas atitudes de respeito à igualdade de gênero, de valorização dos afetos e das relações interpessoais para a cooperação e ajuda mútua entre as pessoas. Fica extremamente claro que o documento propõe o desenvolvimento de “valores de respeito, tolerância e partilha; ser capaz de aceitar e integrar as mudanças físicas e emocionais associadas à sexualidade, ao longo da vida” (PORTUGAL, 2017, p.13).

As propostas recomendadas para o debate em cada uma das temáticas demonstram que as políticas públicas de EpS na escola portuguesa estão buscando avançar e romper com os paradigmas normativos, biomédicos e, muitas vezes preconceituosos. Podemos considerar que a visão holística advinda, especialmente do documento elaborado em 2017, parece, de fato, estar preocupada com o desenvolvimento de um cidadão ativo, crítico, respeitoso consigo e com a sociedade. Observações que podemos

considerar avanços, mesmo que sejam em termos documentais e teóricos até o momento final de nosso Estágio Científico.

Em termos **metodológicos**, o Referencial de 2017 recomenda que a EpS seja uma temática interdisciplinar e transversal, que deve ser desenvolvida em todas as disciplinas escolares e em todos os níveis de ensino nas Escolas Promotoras de Saúde.

## Um olhar para a prática da Educação para a Saúde em Portugal

Em nossa vivência em Portugal tivemos a oportunidade de visitar as escolas, conversar com docentes e conhecer os manuais escolares (conhecidos no Brasil como livros didáticos) e observar as práticas e projetos de EpS desenvolvidos nas escolas. Seguindo o modelo recomendado pelas Escolas Promotoras de Saúde, em cada escola é constituído um grupo de trabalho com coordenador de EpS, professores e equipe multidisciplinar local, para que sejam levantados as necessidades, objetivos, metas, planos de comunicação, ações e execução de ações curriculares e não-curriculares no ambiente educacional. O grupo de trabalho deve articular-se e trabalhar em conjunto, no entanto, a equipe multidisciplinar divide-se entre outras escolas de seu domínio, atuando no suporte, monitoramento e avaliação de resultados em cada grupamento escolar ao qual faz parte (PORTUGAL, 2017).

A escola e os professores ficam com o papel de promover a construção de conhecimentos em nível conceitual e cognitivo, bem como promover a aprendizagem experiencial e interativa, considerando as vivências dos alunos em suas comunidades (PORTUGAL, 2017). É importante destacar que o documento Referencial de 2017, dá a liberdade ao professor e à equipe de trabalho de cada escola em selecionar quais os conteúdos serão abordados, bem como os momentos e as metodologias que serão utilizadas.

Ao analisarmos os manuais escolares, observamos que a temática de EpS é abordada nos 6<sup>os</sup> e 9<sup>os</sup> anos do Ensino Básico. No 6<sup>o</sup> ano são abordados temas como agressões ao meio ambiente, integridade do organismo, higiene e problemas sociais. Nos manuais do 9<sup>o</sup> ano observamos que os temas estão centrados em viver melhor na Terra, saúde individual e coletiva e organismo humano em equilíbrio.

Em relação aos conteúdos sugeridos pelos manuais para o desenvolvimento da EpS na escola, podemos observar: educação para a sexualidade, câncer, tabagismo, qualidade do sono, drogas, alcoolismo, alimentação saudável, transmissão da vida, suporte básico para a vida, mundo em transformação

e vida e sustentabilidade na terra. É claro que permanecem temas, assuntos e conteúdos oriundos de um modelo biomédico, mas podemos observar os avanços quando a temática adentra a sustentabilidade, educação para sexualidade, compreensões complexas de mundo, dentre outros. Além disso, estes temas são também desenvolvidos nas escolas portuguesas a partir de projetos escolares.

Os projetos de EpS são idealizados pelo coordenador de EpS na escola e pela equipe multidisciplinar. Na realidade e na prática escolar, observamos que essa equipe multiprofissional é responsável por desenvolver atividades de EpS nas Escolas Promotoras de Saúde com a intenção de atender aos objetivos estabelecidos nas políticas públicas. Esta equipe será a responsável por atender aos novos objetivos, desenvolver os temas e abordagens propostos pelo novo Referencial. No entanto, desde já, nos parece que as escolas possuem estrutura (médica e psicossocial) para desenvolver ações pontuais de saúde, ou campanhas de saúde pública, que se diferenciam dos programas e projetos contínuos de EpS. Algo que demonstra um avanço considerável quando se compreende que em muitas realidades o professor de Ciências e Biologia acabam desenvolvendo ações pontuais e normativas, similares às campanhas de saúde pública (VENTURI, 2013). Assim, pode-se pensar em processos de ensino-aprendizagem para a EpS que de fato se aproximem de uma pedagogia, tal qual defendida no início deste texto.

## Considerações Finais

Ao longo do ano de 2017, em nosso Estágio Científico, vivenciamos a realidade da pesquisa acadêmica e da prática escolar em EpS na escola portuguesa. Conhecemos uma realidade bastante diferente da brasileira. Não que seja nosso objetivo estabelecer comparativos entre diferentes contextos, mas compreendemos que Portugal já avançou em inúmeros aspectos. É claro, existem inúmeros desafios e obstáculos a serem superados. No entanto, é importante ressaltar que as políticas públicas de EpS estão buscando avançar e romper com os paradigmas normativos e biomédicos. Além da estrutura física escolar, a educação básica portuguesa fornece subsídios para uma equipe multiprofissional atuar na escola. Além disso, mesmo em termos teóricos e documentais, o novo documento elaborado em 2017, está preocupado com a construção de conhecimentos sobre a saúde individual e coletiva e visa o desenvolvimento de competências para a autonomia do estudante. Esta experiência nos permitiu compreender uma nova realidade

e lutar para que avanços ocorram no Brasil, tanto em termos documentais quanto na prática da ES.

O Estágio Científico em Portugal também nos permitiu aprofundamentos teóricos em um campo de pesquisa profícuo e frutífero como o da Universidade do Minho. Ressaltamos importantes debates vivenciados acerca do panorama da pesquisa acadêmica no campo da Educação em Saúde em Portugal; das análises da prática de Educação em Saúde no Ensino de Ciências e sua integração com o currículo escolar; dentre outros. Nossa experiência em terras lusas nos permitiu ampliar olhares, horizontes e estabelecer uma interlocução entre a realidade brasileira e portuguesa.

Em tempos sombrios no contexto atual brasileiro, vivenciar e relembrar propostas, projetos e ações de EpS em prol do desenvolvimento social, sustentável e saudável, nos permite manter acesa a chama de esperança em um futuro educacional preocupado com mais igualdade, democracia e justiça social.

## Agradecimentos e Apoios

Agradecimento a orientadora e supervisora Dra. Graça Simões de Carvalho – CIEC-UMinho.

## Referências

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Forense Universitária, 2011

CARVALHO, G.S.; JOURDAN, D. Literacia em Saúde na Escola: a importância dos contextos sociais. In: C.A.O.M. Júnior, A.L. Júnior & M.J. Corazza (Org.). **Ensino de Ciências: múltiplas perspectivas, diferentes olhares**. Curitiba: Editora CRV., p. 99-122, 2014.

EMMEL, R.; PANSERA-DE-ARAÚJO, M.C.; CARVALHO, M.G.F.S.; BOFF, E.T.O. Concepções de Saúde e Educação para a Saúde nos currículos da Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas. Atas do III Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica: Santo Ângelo – RS, 2015.

MARINHO, J.C.B; SILVA, J.A. Educação em Saúde e adolescente: uma análise da produção da comunidade de pesquisadores de Educação em Ciências. Atas do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC): Florianópolis – SC, 2017.

MARTINS, L.; DIONOR, G.A.; EL-HANI, C.N.; CARVALHO, G.S. Construtos Teóricos e Práticos da Saúde: As Abordagens Biomédica e Socioecológica. Atas do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC): Águas de Lindóia – SP, 2015.

MOHR, A. **A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências**. Tese de Doutorado-Centro de Ciências da Educação, UFSC. Florianópolis: 2002.

OLIVEIRA, A.P.S.; OLIVEIRA, M.C.A. Educação em Saúde na pesquisa científica da área de Ensino de Biologia. Atas do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC): Florianópolis – SC, 2017.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Ottawa. 1986. Disponível em < [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Carta da Organização Mundial de Saúde, 1946. Disponível em: <<http://www.onuportugal.pt/oms.doc>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PORTUGAL. **Referencial de Educação para a Saúde**. Diretoria Geral de Saúde e Diretoria Geral de Educação – Lisboa – PT, 2017.

SILVA, M.G.B.; TEIXEIRA, P.M.M. A Educação e Saúde nas dissertações e teses em Ensino de Biologia: um estudo preliminar. Atas do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC): Águas de Lindóia – SP, 2015.

VENTURI, T.; MOHR, A. Análise da Educação em Saúde em publicações da área da Educação em Ciências. Atas do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências e I Congresso Iberoamericano de Investigação e Ensino de Ciências: Campinas, 2011.

VENTURI, T.; MOHR, A. Educação em Saúde: análise do campo de pesquisa em vinte anos de ENPEC. Atas do XII Encontro de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), Belém-PA, 2019.

VENTURI, Tiago. **Educação em Saúde: investigando relações entre Professores e Profissionais da Saúde**. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, UFSC. Florianópolis: 2013.